

EDITAL Nº 058/2019
PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS CAPES/PROSUC PARA ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

O Vice-reitor da Universidade La Salle, no uso das suas atribuições legais e regimentais, torna público este Processo Seletivo para concessão de Benefícios CAPES/PROSUC, para alunos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, do ano de 2019, destinado a candidatos que estão matriculados nos cursos de Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Educação e Direito, da Universidade La Salle.

1 ABERTURA

1.1. O Vice-reitor da Universidade La Salle, faz saber aos alunos regularmente matriculados nos cursos de **Mestrado em Avaliação de Impactos Ambientais, Mestrado em Direito e Mestrado em Educação da Universidade La Salle**, que estão abertas, de 22 de julho a 02 de agosto de 2019, as inscrições para o processo seletivo, visando à concessão de 03 (três) cotas de taxa escolar CAPES/PROSUC 2019, conforme abaixo segue:

NOME PROGRAMA	NÍVEL	MODALIDADE	COTA
Avaliação de Impactos Ambientais	Mestrado	Modalidade II (Taxa)	01
Educação	Mestrado	Modalidade II (Taxa)	01
Direito	Mestrado	Modalidade II (Taxa)	01

2 OBJETIVOS DOS BENEFÍCIOS

2.1. O Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior – PROSUC - tem por objetivo apoiar discentes de programas de pós-graduação *stricto sensu* acadêmicos oferecidos por instituições particulares qualificadas como Instituições Comunitárias de Educação Superior – ICES, por meio de certificado do Ministério da Educação, conforme Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013, contribuindo para a formação e para a manutenção de padrões de excelência e eficiência na formação de recursos humanos de alto nível, imprescindíveis ao desenvolvimento do País.

2.2. Conforme portaria nº 149, de 1º de agosto de 2017, “o apoio no âmbito do PROSUC dar-se-á nas seguintes modalidades:

I – modalidade I:

- a) mensalidade de bolsa de pós-graduação; e
- b) mensalidade de auxílio para custeio de taxas escolares.

II – modalidade II: mensalidade de auxílio para custeio de taxas escolares.

3. REQUISITOS PARA CONCESSÃO E MANUTENÇÃO DAS TAXAS ESCOLARES

- 3.1 Estar regularmente matriculado em um dos cursos de Pós-graduação da Universidade La Salle, previstos neste Edital;
- 3.2 Não possuir qualquer relação de trabalho com a instituição promotora do Programa de Pós-graduação;
- 3.3 Apresentar desempenho acadêmico satisfatório e não ter reprovação em disciplinas;
- 3.4 Estar ciente que deve respeitar as cláusulas do Programa CAPES/PROSUC, inclusive:

- Repassar mensalmente à Instituição de Ensino Superior o valor da taxa escolar recebido pela CAPES em sua conta bancária;
 - Não acumular a bolsa com qualquer modalidade de auxílio ou bolsa de outro programa da CAPES, ou de outra agência de fomento pública nacional ou internacional, ou a com o exercício profissional remunerado, ressalvada expressa permissão em norma específica baixada pela CAPES;
 - Se servidor público, demonstrar regularidade do afastamento do exercício do cargo, salvo se conciliáveis as atividades do curso com a jornada laboral;
 - Assumir a obrigação de restituir todos os recursos recebidos da CAPES, na hipótese de interrupção do estudo, salvo se motivada por doença grave devidamente comprovada.
 - Não acumular os benefícios da modalidade I e II com outras bolsas financiadas com recursos públicos, ressalvada expressa permissão legal ou previsão em ato normativo específico da Capes;
 - Atender aos objetivos do cronograma de atividades e cumprir tempestivamente o prazo máximo estabelecido para sua titulação;
 - Restituir à CAPES os recursos recebidos irregularmente, quando apurada a não observância das normas do PROSUC, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada, e fundamentada em parecer da Comissão de Bolsas PROSUC/CAPES;
- 3.5 Nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência à sua condição de bolsista da CAPES;
- 3.6 Apresentar os resultados alcançados no desenvolvimento da pesquisa através da publicação em eventos e/ou periódicos.
- 3.7 Comprovar desempenho acadêmico satisfatório conforme as normas definidas pelo programa de pós-graduação e pela ICES;
- 3.8 Não acumular os benefícios das modalidades I e II com outras bolsas financiadas com recursos públicos, ressalvada expressa permissão legal ou previsão em ato normativo específico da CAPES;
- 3.9 Firmar Termo de Compromisso, em modelo específico disponibilizado pela Capes, declarando estar ciente e de acordo com os requisitos estabelecidos;
- 3.10 Ser titular de conta corrente ativa, em nome próprio, e em domicílio bancário brasileiro.

4. INSCRIÇÃO E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

4.1 A inscrição para o processo seletivo será realizada pelo aluno, considerados os seguintes critérios procedimentais e materiais, a saber:

4.2 No prazo estipulado, o aluno interessado deverá se inscrever perante a Secretaria de Pesquisa e Pós-graduação *Stricto Sensu* (mediante preenchimento de formulário próprio), acostando os seguintes documentos:

- a) Cópia do comprovante de matrícula;
- b) Histórico Escolar Atual;
- c) Cópia do Currículo Lattes;
- d) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- e) Carta de encaminhamento indicando motivação para o pedido da bolsa, estado atual de sua pesquisa e previsão de defesa, com visto do orientador ou coordenador de curso.

4.3 Após a inscrição, a Comissão de Bolsas CAPES de cada Programa procederá à avaliação documental, avaliando o desempenho acadêmico do aluno, critério de alternância entre as linhas de pesquisa do PPG e demais critérios definidos por cada Comissão previamente à análise das inscrições.

4.4 As vagas para os benefícios serão preenchidas por candidatos que obtiverem as melhores pontuações. Será divulgada também uma lista de suplentes, cujos candidatos serão ordenados por classificação, os quais poderão ser chamados em caso de liberação de benefícios, em conformidade com as regras da Portaria n° 149, de 1° de agosto de 2017, da CAPES.

5 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

5.1. A divulgação do resultado preliminar da seleção será no dia 06 de agosto de 2019, até as 20h, na Secretaria do *Stricto Sensu* e na página de cada Programa.

6 RECURSOS

6.1. Eventuais recursos à Comissão Interna de Seleção e Avaliação de Programas de Bolsas CIB deverão ser encaminhados até no dia 07 de agosto de 2019, até as 20h, via Secretaria do *Stricto Sensu*.

7 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

7.1. A divulgação do resultado final da seleção será no dia 08 de agosto de 2019, até as 20h, na Secretaria do *Stricto Sensu* e na página de cada Programa.

7.2. Eventuais recursos à Comissão Interna de Seleção e Avaliação de Programas de Bolsas CIB deverão ser encaminhados até no dia 09 de agosto de 2019, até as 12h, via Secretaria do *Stricto Sensu*.

7.3. A divulgação do resultado final da seleção será no dia 09 de agosto de 2019, até as 20h, na Secretaria do *Stricto Sensu* e na página de cada Programa.

8 DURAÇÃO DAS TAXAS

8.1 Os benefícios serão concedidos pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo atingir o limite de 24 (vinte e quatro) meses, a depender da disponibilidade orçamentária da CAPES e se atendidas as seguintes condições:

I - Desempenho acadêmico satisfatório do pós-graduando, de acordo com as normas de cada programa de Pós-Graduação e mediante o acompanhamento da Comissão de Bolsas PROSUC/CAPES;

II - Persistência das condições pessoais do beneficiário que ensejaram o cadastramento do benefício.

9 SUSPENSÃO DAS TAXAS

9.1 O período máximo de suspensão voluntária dos benefícios, devidamente justificado e aprovado pela Comissão de Bolsas PROSUC/Capes, será de até 12 (doze) meses.

9.2 É vedada a substituição de beneficiários durante o período de suspensão previsto neste artigo.

9.3 Não haverá suspensão do benefício quando:

I - o mestrando, por prazo não superior a 6 (seis) meses, se afastar da localidade em que realiza o curso, para realizar estágio de pesquisa ou atividades acadêmicas relacionadas à dissertação ou à tese, sob autorização do orientador e ciência da Comissão de Bolsas PROSUC/Capes, desde que não receba outra bolsa oriunda de recursos públicos, durante o mesmo período;

II - o beneficiário solicitar afastamento temporário das atividades acadêmicas pela ocorrência de parto ou de adoção durante o período de vigência do respectivo benefício, conforme legislação específica.

9.4 Em todas as situações em que houver o deslocamento de beneficiários para o exterior será necessária a cobertura com seguro saúde válido durante sua estadia no país de destino.

Parágrafo único. As despesas com estadia, deslocamento e o seguro saúde não serão custeadas pelo PROSUC.

10 CANCELAMENTO DOS BENEFÍCIOS DAS MODALIDADES I E II

10.1 O cancelamento dos benefícios, com a imediata substituição por outro discente do mesmo programa, deverá ser comunicado pelo Programa de Pós-graduação à Pró-reitoria de Pós-graduação, ou unidade equivalente, que registrará as alterações em sistema próprio disponibilizado pela Capes para cadastramento de beneficiários, conforme calendário divulgado.

10.2 O benefício poderá ser cancelado a qualquer tempo por inobservância dos requisitos para concessão e manutenção dos benefícios.

10.3 O beneficiário que infringir o disposto neste regulamento ficará obrigado a ressarcir o investimento feito indevidamente em seu favor, de acordo com a legislação federal vigente, ficando impossibilitado de receber benefícios por parte da Capes pelo período de até 5 (cinco) anos, contados do conhecimento do fato, sem prejuízo das demais sanções administrativas, cíveis e penais.

10.4 A não conclusão do curso acarretará a obrigação de restituir os valores despendidos com o benefício, salvo se motivada por caso fortuito, força maior, circunstância alheia à sua vontade ou doença grave devidamente comprovada. A Comissão de Bolsas PROSUC/Capes deverá fundamentar e se posicionar em parecer conclusivo, com decisão fundamentada, acerca de todas as situações de não conclusão, de acordo com a Portaria nº 149, da CAPES.

11 REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO

11.1 Poderá ser revogada pela Capes a concessão dos benefícios, com a consequente restituição de todos os valores recebidos pelos beneficiários, nos seguintes casos:

I - se apurada omissão da declaração de quaisquer outras remunerações percebidas pelo beneficiário, quando exigida;

II - se apresentada declaração falsa da inexistência de apoio de qualquer natureza, por outra agência de fomento;

III - se praticada qualquer fraude pelo beneficiário, sem a qual a concessão não teria ocorrido;

11.2 Poderá ser revogada pela Capes a concessão dos benefícios, com a consequente restituição pelas ICES dos respectivos valores recebidos, se comprovada cobrança indevida por parte do programa de pós-graduação ou da ICES de quaisquer taxas que excedam os valores concedidos pela Capes, a título de auxílio para custeio de taxas escolares, conforme art. 4º, I e II, da Portaria nº 149 da CAPES.

12 MUDANÇA DE NÍVEL

12.1 No caso de mudança de nível do aluno matriculado no mestrado para o doutorado, deverão ser observados pelos programas de pós-graduação os seguintes critérios:

I - a mudança de nível do mestrado para o doutorado deve resultar do reconhecimento do desempenho acadêmico excepcional atingido pelo aluno, obtido até o 18º (décimo oitavo) mês de início no curso;
II - o aluno beneficiado deverá estar matriculado no curso a no máximo 18 (dezoito) meses e ser bolsista da Capes, ininterruptamente, por no mínimo 12 (doze) meses no mesmo curso.

12.2 O aluno beneficiado com a mudança de nível terá o prazo máximo de 3 (três) meses para defender sua dissertação de mestrado, contados a partir da data da seleção para a referida promoção, nos moldes estabelecidos pelo curso para a conclusão do mestrado não antecipado.

12.3 A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, ou unidade equivalente, deverá enviar à Capes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da ata de promoção para o doutorado, a lista dos bolsistas promovidos para efeito de transformação da bolsa de mestrado para o doutorado.

12.4 O limite anual da concessão de benefícios do PROSUC que implique na transformação da bolsa ou auxílio para custeio de taxas escolares do nível mestrado para o doutorado será de 20% (vinte por cento) do total de cotas do referido programa de pós-graduação, limitado a um número máximo de 3 (três) promoções anuais e observada a disponibilidade orçamentária da Capes.

12.5 A mudança de nível que trata este artigo implica em automática alteração do número de bolsas, com repercussão nas concessões dos exercícios posteriores.

13 TRANSFORMAÇÃO DE BENEFÍCIO

13.1 Os programas de pós-graduação poderão ampliar o número de cotas de doutorado concedidas pela Capes, mediante a transformação de cotas de mestrado, desde que mantida a correspondência de valores.

13.2. São vedadas as transformações de cota do nível de doutorado para o de mestrado.

13.3. Deverão ser fundamentadas as solicitações de transformação de cotas da modalidade I para a II, que serão analisadas pela Capes.

13.4. A transformação de que trata este artigo implica em automática alteração das cotas, com repercussão nos exercícios posteriores.

14 DOS CASOS OMISSOS

14.1. Eventuais casos omissos serão resolvidos pela Reitoria da Unilasalle.

Canoas, 19 de julho de 2019.



Prof. Dr. Cledes Antonio Casagrande, fsc
Vice-reitor da Universidade La Salle